



CIÊNCIAS HUMANAS

Precarização do trabalho do docente e adoecimento: COVID-19 e as transformações no mundo do trabalho, um recorte investigativo*Insecurity of the teacher's work and illness: COVID-19 and the transformations in the world of work, an investigative cut*Fernanda Rodrigues Pontes¹, Márcia Helena Sawaia Guimarães Rostas²**RESUMO**

O objetivo deste artigo é o de suscitar uma discussão em torno do processo de precarização do trabalho do docente do ensino superior e o consequente adoecimento, relacionando-o com a nova realidade social advinda da pandemia do COVID-19. Foi realizado um levantamento quantitativo e uma análise qualitativa de um corpus empírico oriundo do mapeamento de pesquisas publicados na área de Educação nos últimos dez anos (2009-2019), a partir das palavras-chave: precarização do trabalho; trabalho docente; adoecimento docente. Consiste em um recorte investigativo com base na metodologia de Análise de Conteúdo (AC) (BARDIN, 2016) cuja amostra relacionamos os fatores do adoecimento e da precarização do trabalho docente, apontados nas pesquisas, com a realidade atual do coronavírus.

Palavras-chave: Precarização; adoecimento; trabalho docente; COVID-19.

ABSTRACT

The purpose of this article is to present a discussion on the process of job insecurity of higher education teachers and the consequent illness, relating it to the new social reality derived from the COVID-19 pandemic. A quantitative survey and a qualitative analysis of an empirical corpus were carried out based on the mapping of research published in the area of Education in the last ten years (2009-2019), based on the keywords: precarious work; teaching work; disease teaching. It consists of a research section based on the Content Analysis (CA) methodology (BARDIN, 2016) whose sample relates the factors of illness and precariousness of teaching work, pointed out in the research, with the current reality of the coronavirus.

Keywords: Precariousness; illness; teaching work; COVID-19.

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – IFSul, Pelotas/RS – Brasil. E-mail: ferpontes03@gmail.com

² Idem. E-mail: mroostas@pelotas.ifsul.edu.br



1. INTRODUÇÃO

O processo de distanciamento social e isolamento em virtude da pandemia de coronavírus têm gerado nas pessoas muitas incertezas, instabilidades sociais e emocionais, alterando, significativamente, a vida do profissional da educação. O surgimento da COVID-19 impôs à sociedade modificações nas formas de interação. O docente ganhou novas atribuições que ultrapassam o domínio de conteúdos e estratégias pedagógicas envolvendo o processo de ensino e de aprendizagem. A ele, em tempo recorde, foi dada a atribuição de inteirar-se a ferramentas online e adequar-se ao ensino remoto, dando-lhe, inclusive, a responsabilidade de despertar o interesse dos estudantes, mesmo diante de todas as incertezas no âmbito das questões sanitárias. Além de precisar adaptar o conteúdo e as rotinas para um modelo diferente do habitual, vivenciando inclusive experiências pedagógicas síncronas e assíncronas e estar disponível para participar de conferências virtuais em horários díspares ao seu trabalho presencial, precisou ajustar a sua casa para receber os alunos e os colegas nas diversas reuniões de trabalho.

O distanciamento social, o grande número de mortes, a sobrecarga emocional causada pela pandemia, associada a sobrecarga e cobranças por otimização de atividades laborais, configura um indicador de doenças psíquicas como “[...] ansiedade generalizada, depressão, pânico e distúrbios de somatização [...]” (BARROS, 2019, p.81), contribuindo para a precarização do trabalho docente.

Estes “novos” padrões laborais têm provocado instabilidade emocional e psicológica com efeitos psicossomáticos no organismo, atingindo diretamente o professor, que apesar do trabalho essencialmente intelectual sobrecarrega-se ao limite.

Agora, a questão que se impõe na exceção do confinamento são os meios para educar. Quase todo o debate sobre educação na pandemia se reduz às questões da educação à distância, do ensino remoto, da validação das horas e das cargas didáticas. A pandemia e o confinamento aceleraram um processo que já estava em curso de introdução mais intensiva de tecnologia na relação educativa. Como outras mudanças provocadas pela exceção do momento de confinamento e distanciamento social, também apresenta tendências de se generalizar e se tornar permanente. (CATINI, 2020, s.p.).

E desta forma o humano em seu trabalho molda a matéria prima valendo-se de suas habilidades físicas e intelectuais, uma vez que o trabalho é:

[...] antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como



Edição Especial COVID-19

com uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX (1867) 2013, p. 255).

A instabilidade em meio aos desafios da atualidade, em que o trabalhador já não possui mais os meios de regular a natureza, à medida que lhe avizinha um vírus, sem precedentes históricos, sem, ainda, possibilidade de imunização por meio de uma vacina eficiente e segura. Ainda havendo o risco de contaminação e adoecimento físico e a instabilidade no emprego, os profissionais da educação bem como em outras áreas da economia, em sua maioria, se recintem de conhecimentos específicos na utilização de ferramentas tecnológicas necessárias em momentos de distanciamento social imposto por protocolos sanitários. Aliada a estes fatores, há uma forte pressão por produtividade por parte dos gestores educacionais, conduzindo à intensificação do trabalho docente provocada pelo aumento no tempo de preparo das aulas, pela dedicação e pelo necessário atendimento contínuo aos estudantes, conduzindo-o à condição de infoproletário³. Em suma, um desenho “polimorfo” na organização deste trabalho, tornando-o um fardo estafante.

Portanto, a informalização do trabalho, com seu desenho polimorfo, parece assumir de modo crescente um traço constitutivo da acumulação do capital dos nossos dias, uma vez que se torna cada vez mais presente na fase de *liofilização organizativa* [...] ou [...] *flexibilidade liofilizada* como denominamos essa modalidade de organização e controle do processo de trabalho. (ANTUNES, 2018, p.77).

Santos (2020), ao se debruçar para pensar a “crise” da atualidade, alerta para o fato de que os problemas emergentes na sociedade provêm de um período de muitos anos, uma vez que

[...] a crise financeira permanente é utilizada para explicar os cortes nas políticas sociais (saúde, educação, previdência social) ou a degradação dos salários. [...] a pandemia vem apenas agravar uma situação de crise a que a população mundial tem vindo a ser sujeita. Daí a sua específica periculosidade. (SANTOS, 2020, p.5-6).

Os fatores estressantes do mundo moderno apresentam enorme incidência sob a profissão docente, deixando, estes profissionais, vulneráveis e propensos a desenvolver doenças múltiplas, impactando o nível de motivação e desenvolvimento teórico-prático da ação profissional, compondo uma desvalorização da autoestima e despersonalização da identidade docente. (BARROS, 2019).

³ Cf. Antunes (2018).



Souza (2017) destaca que a precarização do trabalho constitui uma estratégia econômica e política alicerçada no capitalismo, ao envolver processos de terceirização, fomentar o desemprego, pagar salários irrisórios, expropriar o tempo do trabalhador com horários estafantes e, em muitos casos, ininterruptos. A pandemia e o vírus impõem, às pessoas, um processo de quarentena. Porém quais trabalhadores podem se manter isolados e ter recursos para a subsistência? Quais trabalhadores possuem estabilidade funcional lhes permitindo trabalhar remotamente?

[...] O que significa a quarentena para trabalhadores que ganham dia-a-dia para viver dia-a-dia? Arriscarão desobedecer à quarentena para dar de comer à sua família? Como resolverão o conflito entre o dever de alimentar a família e o dever de proteger as suas vidas e a vida desta? Morrer de vírus ou morrer de fome, eis a opção. (SANTOS, 2020, p.17).

Diante deste cenário obscuro e de grandes incertezas para inúmeros trabalhadores o objetivo deste artigo é o de suscitar uma discussão em torno do processo de precarização do trabalho do docente do ensino superior e o consequente adoecimento, relacionando-o com a nova realidade social advinda da pandemia da COVID-19.

Utilizamos parte do corpus empírico da pesquisa de mestrado intitulada “Precarização do trabalho do docente e o seu consequente adoecimento: uma análise da produção acadêmica no período de 2009 a 2019.” Desta pesquisa foram selecionados dois artigos que referem-se ao processo de adoecimento e precarização do trabalho do docente, oriundo do mapeamento de pesquisas publicados na área de Educação nos últimos dez anos (2009-2019) nas seguintes bases de dados: *Scientific Electronic Library Online* – SciELO, Banco de Teses e Dissertações da CAPES e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) a partir das palavras-chave: precarização do trabalho; trabalho docente; adoecimento docente. Consiste em um recorte investigativo com base na metodologia de Análise de Conteúdo (AC – BARDIN, 2016) cuja amostra ilustra as análises aqui presentes.

Convidamos o leitor a uma incursão nos dados apresentados. Acreditamos que este artigo possa iniciar uma importante, mas necessária, reflexão acerca dos perigos do processo de precarização do trabalho e o consequente adoecimento do docente. Além de colaborar, com docentes, para o acesso a informação e percepção do próprio adoecimento, gerando buscas por melhorias com relação à saúde psíquica, a aprendizagem e o desenvolvimento laboral. Neste cenário de incertezas:

[...] de acordo com pesquisas da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), ocasionam sobrecarga psíquica responsável pelo estresse, por doenças e perturbações que vão do esgotamento à hipertensão e de



depressões a até neuroses e psicoses. Há ainda os que ocasionam problemas físicos provocados pela falta de exercícios e de alimentação adequada, o que tem permitido caracterizar um quadro de doenças profissionais da categoria do magistério. (MARINHO, 2020, s.p.).

Conforme a análise apresentada por Marinho (2020) e os estudo realizado junto a confederação nacional dos trabalhadores da educação é percebido que os docentes sofrem gradativamente ataques a sua saúde psíquica em decorrência do estresse, perturbações múltiplas, esgotamento, falta de alimentação e práticas esportivas, os quais, em decorrência da pandemia se sobressaem, pois é torna-se incumbência do docente um novo estilo de ação, configurando novas sobrecargas profissionais e pessoais. Um nítido exemplo é o modelo de ensino remoto que delega ao docente o uso, apropriação e manutenção de sistemas de aprendizagem sem uma equipe técnica que lhe dê respaldo e/ou disponibilize suporte técnico e psicológico.

2. SAÚDE E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DO DOCENTE E COVID-19: UM ESTUDO PRELIMINAR

Diante das recomendações sanitárias de prevenção a COVID-19, o trabalho remoto se apresenta como alternativa laboral diante do isolamento social. A educação, já fragilizada pela ausência de políticas públicas que a fortaleça, apresenta duras perdas nesse processo de remotização⁴ do ensino. Se para o docente as condições estão difíceis, para o estudante não é diferente. A universalização da educação passa a ser uma condição difícil de ser alcançada visto que muitos não possuem acesso à rede de internet e, quando o possuem, o computador, o celular, o smartphone é de uso comum/coletivo. A realidade social brasileira está repleta de multiplicidades de classes sociais.

Santos (2020) ao analisar a crise social, causada pela pandemia, expõe as discrepâncias entre quem possui meios de produção e capital de giro e quem não o possui.

Grande parte da população do mundo não está em condições de seguir as recomendações da Organização Mundial de Saúde para nos defendermos do vírus porque vive em espaços exíguos ou altamente poluídos, porque são obrigados a trabalhar em condições de risco para alimentar as famílias, porque estão presos em prisões ou em campos de internamento, porque não têm sabão ou água potável, ou a pouca água disponível é para beber e cozinhar, etc. (SANTOS, 2020, p. 23-24).

⁴ Neologismo utilizado no artigo com a finalidade de identificar o processo pedagógico que inclui a realização de atividades de ensino e de aprendizagem por meio de instrumentos tecnológicos envolvendo interação síncrona e assíncrona.



A realidade dos trabalhadores configura-se em um fluxo alienante, sem limites, sem fronteiras, sem condições financeiras tendo uma vida focada no trabalho, situação já existente antes do vírus e altamente agravada por sua existência. O mundo do trabalho vem se modificando continuamente e, desta forma, tornando instáveis as fronteiras entre as relações de trabalho e o tempo no contexto capitalista.

Veiga-Neto (2012), baseado no pensamento de Marx, aborda as relações trabalhistas, que desconsideram os limites entre o ócio e o labor. A separação entre tempo de trabalho e tempo de descanso é cada vez menos nítida, minimizando o tempo do lazer, da arte, da literatura e do prazer.

[...] Parece que, mais do que nunca, Marx estava certo quando via no tempo um elemento central para o capitalismo e, num sentido mais amplo, até para a economia [...] Nesse novo capitalismo no qual entramos há poucas décadas, o tempo assume preponderância ainda mais significativa. Entre outras várias coisas, porque a separação entre tempo de trabalho e tempo de descanso é cada vez menos nítida; evidentemente em prejuízo do tempo de descanso [...] (VEIGA-NETO, 2012, p.9).

O excesso de trabalho leva o trabalhador a diminuir suas horas de descanso, sono e atividades de lazer para concluir as demandas profissionais que se ampliam gradativamente e diariamente. O docente, confinado em sua casa e obrigado a manter padrões de produtividade, pode vir a desenvolver quadro de adoecimento.

Em cada época histórica, os modos de viver dominantes (trabalho, consumo, lazer, convivência) e de antecipar ou adiar a morte são relativamente rígidos e parecem decorrer de regras escritas na pedra da natureza humana. É verdade que eles se vão alterando paulatinamente, mas as mudanças passam quase sempre despercebidas. A irrupção de uma pandemia não se compagina com esta morosidade. Exige mudanças drásticas. (SANTOS, 2020, p.6).

As mudanças drásticas mencionadas por Santos (2020) repaginam a história humana e contribuem ao agravamento de depressões, situações estressoras, incômodos múltiplos, falta de contato social e trocas afetivas, isolamento familiar, exposição a situações incontrolláveis, desamparo, oscilação de humor e, principalmente, a sensação de solidão, associado a uma sobrecarga de atividades de trabalho, ou seja, trabalho com ferramentas online, cursos de formação, reformulação dos planos e ações pedagógicas, adaptação de um perfil de trabalho presencial para um modelo remoto.

Os docentes e estudantes, vivem tensões particulares com o movimento de retomada das aulas de forma remota experienciando inúmeras plataformas, recursos, aplicativos que



teoricamente são simples e de fácil acesso, porém, em muitos casos se comprovam como um desafio ao ensino e a aprendizagem.

E como se configura o produtivismo, fator crucial para manutenção na carreira docente, neste momento de isolamento social? Muito além das determinações sociais, que advém do produtivismo, há um processo psicossocial que imputa ao trabalhador a manutenção da rotina, via trabalho remoto, na busca de uma normalidade que não existe. Por outro lado, acreditar que trabalhar em casa ampliará o tempo de dedicação à pesquisa e à produção científica e até mesmo aprofundamento teórico-conceitual para robustecer as aulas remotas é uma falácia.

Esse momento de isolamento social exige maior reflexão, compreensão dos próprios limites, adaptação a novas rotinas que se mostram instáveis, ao misturar trabalho, casa, família, filhos, pesquisa, aulas, estudo pessoal. A busca por uma nova normalidade é disparadora de processos de precarização e adoecimento.

A COVID-19 fez emergir novas conexões de eventos macro e microssociais produtores de adoecimentos psicológico, exclusões sociais e supremacia da sociedade capitalista. O medo pela perda do emprego, a necessidade de ressignificar os próprios conhecimentos, a intensificação de tarefas, são apenas alguns exemplos deste novo cenário mundial, pelo qual inúmeros trabalhadores passam.

É um tempo de exceção. Coragem, resistência, cuidado, compaixão, solidariedade, conexão com os valores da vida e autocuidado, elementos imprescindíveis e, em muitos momentos, inexistentes. Gurski (2020), em uma *live*⁵ que discutiu o tema da saúde mental do docente em tempos de pandemia, destaca a necessidade de:

[...] ampliar a dose de tolerância e paciência, flexibilizar combinações e exercitar a tolerância com as dificuldades que virão. [...] temos que pensar se não precisamos criar canais diferentes de escuta para que as pessoas possam fazer suas catarses e seguir adiante. Existe a necessidade de se escutar esses sofrimentos. As questões são coletivas, mas cada um vai responder da sua forma a essa situação complicada que estamos vivendo.

A situação é coletiva, como destacado por Gurski (2020), mas as consequências serão específicas para cada pessoa, todavia o que não se pode aceitar, ou mesmo encarar como normal, é, neste momento de exceção, descartar e desvalorizar profissionais que adoecem, sejam eles do ensino ou de qualquer área de trabalho social.

A COVID-19 não trouxe a precarização e o adoecimento do trabalhador e sim, tornou-o mais evidente, mostra-se como uma constante e invisível ameaça da qual não temos o

⁵ Live é uma transmissão ao vivo de áudio e vídeo na [Internet](#), geralmente e feita por meio das [redes sociais](#).



controle, provoca temor e morte, oscilações emocionais, mudança de rotina, sobreposição de papéis; excesso de informações sobre a pandemia e *Fake News* ampliando o estresse e a ansiedade, além destes fatores há consequências econômicas e sociais.

3. ANÁLISE PRELIMINAR: UM RECORTE DE ESTUDO PRÉ E DURANTE A COVID-19

Nessa sessão apresentamos as análises, através da metodologia AC – BARDIN, a partir de duas categorias analíticas emergentes: Categoria 1 (C1) - trabalho docente x precarização e Categoria 2 (C2) – adoecimento. Propomos um recorte comparativo entre duas pesquisas estudadas associando-as a COVID-19.

A pandemia ainda está em curso e ainda em evolução. Não há previsão de término e os impactos sociais são imprevisíveis. Arriscamos afirmar que em todos os níveis de ensino estão ocorrendo mudanças contínuas para que haja uma adaptação a um processo de ensino remoto.

Por outro lado, desde o ano de 2019 estão sendo propostas/implementadas diversas mudanças políticas, econômicas e sociais que visam, de alguma forma, o cerceamento da fala docente. Seja pelo projeto da lei “Escola sem partido”, pelas transformações no Ministério da Educação e Cultura (MEC), modificações nos padrões do ensino superior, associado a implementação de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Em meio a tantas questões complexas emerge uma pandemia que redimensiona as relações sociais e de trabalho. Não é a partir da COVID-19 que surge o adoecimento e a precarização do trabalho do docente, sua existência torna, tais fatores, mais evidentes.

Há, ainda, uma forte associação entre convívio social, reclusão, sobrecarga de trabalho, horários flexíveis, mudanças na prática pedagógica ao adoecimento mental do professor. Por outro lado, o docente ocupa um papel importante na difusão e mediação do conhecimento, o seu adoecimento físico e/ou mental pode causar danos a sociedade a curto, médio e longo prazo.

Gurski (2020) adverte que a universidade pública e a comunidade acadêmica, antes da pandemia, já se encontrava em sofrimento psíquico, por conta da:

[...] demonização dos professores e da universidade pública. O antiintelectualismo que tomou conta da sociedade brasileira e o ataque frontal que temos sofrido vêm produzindo desgastes intensos nos traços de identidade da vida acadêmica e dos professores. Seria o desgaste do professor um processo gradativo de barbarização da educação no Brasil. Essas variáveis têm produzido efeitos corrosivos para a saúde mental. No



diapásão do tempo pode levar ao estabelecimento de quadros mais sérios no campo da psicopatologia.

Os inúmeros ataques à universidade pública, precedentes a pandemia, com a situação atual, agravam-se. O Artigo 1 (A1), intitulado “**Publicar ou perecer**: a esfinge do produtivismo acadêmico” de autoria de Janete Luzia Leite, (LEITE, 2017) publicado na Revista Katál – Florianópolis/SC, 2017 teve como foco central uma visão panorâmica acerca do processo de transformação-adaptação do sistema capitalista, a fim de manter a expansão, quase hegemônica do capital, incluindo a criação, utilização e aprimoramento de tecnologias associadas a reprodução ideológica de material e da força de trabalho, tendo como questão de análise as transformações na estrutura do Ensino Superior.

A pesquisa realizada por Leite (2017) enfatiza a presença do mercado como demarcador de fronteiras entre o Estado e a mercantilização. A ação estatal é reduzida e amplia-se a ideia da privatização transformando os serviços sociais em mercadoria, configurando um novo perfil de cidadão: o consumidor.

Leite (2017) pontua que a educação é uma das alternativas plausíveis para reconfigurar o mundo do trabalho, todavia, as reformas educacionais que há tempos vem sendo implantadas sobrecarregam os currículos e as pedagogias de ensino, afetando diretamente os trabalhadores da educação deixando-os propensos a transtornos físicos e/ou mentais.

Santos (2020) destaca o quanto estamos atrelados a um sistema capitalista associado a perspectiva neoliberal. Aponta princípios de regulação das sociedades modernas:

Os três princípios [...] são o Estado, o mercado e a comunidade. Nos últimos quarenta anos foi dada prioridade absoluta ao princípio do mercado em detrimento do Estado e da comunidade. A privatização dos bens sociais colectivos, tais como a saúde, a educação, a água canalizada, a eletricidade, os serviços de correios e telecomunicações e a segurança social, foi apenas a manifestação mais visível da prioridade dada à mercantilização da vida colectiva. Mais insidiosamente, o próprio Estado e a comunidade ou sociedade civil passaram a ser geridos e avaliados pela lógica do mercado e por critérios de rentabilidade do «capital social». Isto sucedeu tanto nos serviços públicos como nos serviços de solidariedade social. Foi assim que as universidades públicas foram sujeitas à lógica do capitalismo universitário, com os rankings internacionais, a proletarianização produtivista dos professores e a conversão dos estudantes em consumidores de serviços universitários. Foi também assim que surgiram as parcerias público privadas, quase sempre um mecanismo de transferência de recursos públicos para o sector privado. Foi finalmente assim que as organizações de solidariedade social entraram no comércio da filantropia e do cuidado. (SANTOS, 2020, p.27-28).



Estas ocorrências no Sistema de Educação são abordadas no artigo de Leite (2017), em especial, as mudanças nas Universidades Federais brasileiras gestadas pelas reformas ocorridas nos dois governos do Partido dos Trabalhadores (PT), o de Lula da Silva e o Dilma Rousseff. A autora destaca que a reforma, neste período,

[...] no seu traçado universitário, engendra um fazer profissional cujo traço mais marcante é a introdução da lógica gerencial nas universidades públicas, aportando para este universo a competitividade, o produtivismo, a intensificação e a precarização do trabalho docente, que provocam [...] “indissociação tempo-espço da vida acadêmica e familiar e pessoal. (p.208).

A partir desta lógica mercantil o trabalho docente aparenta fatores de precarização. Desta forma, no que se refere a categoria do trabalho docente x precarização, a autora, aponta a realidade das Universidades Públicas Federais, aderida a partir do Programa de Apoio a Planos e Reestruturação e Expansão de Universidades Federais (REUNI), dos professores universitários:

A1C1 - Excerto 1

Reuni foi a coroação da Reforma Universitária [...] proclamando objetivos gerais que nunca foram cumpridos [...] Com exceção daquelas em que medidas judiciais determinaram sua sustação, as universidades federais, em massa, aprovaram o Reuni: com maior ou menor truculência e ações repressoras, com legitimidade questionável ou não, e independentemente dos eufemismos usados pelas instituições para nomear seus projetos, foi aberta a temporada de trocas de promessas de novos recursos por uma completa transformação de muitas dessas instituições em fábricas de diplomas, com sérias implicações futuras quanto à qualidade do seu ensino, da sua pesquisa e da sua extensão. (LEITE, 2017, p. 210).

O projeto governamental que propôs o REUNI, em teoria, pretendia otimizar os gastos e ampliar as vagas para o ensino superior, todavia, não houve uma visão de presente e futuro junto com a previsão das necessidades de pessoal qualificado, ampliando o retrabalho e a sobrecarga de alguns profissionais.

Nas ponderações feitas por Leite (2017) percebe-se, um aumento significativo da demanda do trabalho docente rompendo a divisão entre espaço familiar/casa e espaço acadêmico. Entre as atribuições da carreira docente é ampliada a necessidade de produção de pesquisa e acompanhamento discente, tendo como ênfase o processo de ensino. Tudo isso se agrava com a situação atual de ensino remoto.

As pandemias mostram de maneira cruel como o capitalismo neoliberal incapacitou o Estado para responder às emergências. As respostas que os Estados estão a dar à crise variam de Estado para Estado, mas nenhum pode disfarçar a sua incapacidade, a sua falta de previsibilidade em relação a



emergências que têm vindo a ser anunciadas como de ocorrência próxima e muito provável. (SANTOS, 2020, p.28).

Muitas vezes os trabalhadores docentes são impulsionados a desempenharem uma infinidade de funções que vão além das pedagógicas: a autora cita, a título de exemplo, as de assistente social, psicólogo, enfermeiro, conselheiro, que culminam em um processo de desprofissionalização, associado à perda da identidade profissional, desgaste emocional, desvalorização dos conceitos e conteúdos pertinentes à aprendizagem. Tudo isso descrito como elementos que compreendem o processo de ensino presencial. Com a nova realidade remota, questionamos: quais impactos e transformações ocorreram e ocorrem na vida desse profissional e dos estudantes diante da iminente pandemia?

A1C1 - Excerto 2

Um exemplo claro são as Bolsas de Produtividade (CNPq), que indubitavelmente trazem status, mas implicam em altos custos pessoais para sua manutenção. Isto porque os critérios são, cada vez mais, mensurados quantitativamente, enquanto o número de bolsas diminui ou estanca. A primeira consequência é o abandono das atividades na graduação, notadamente o ensino (uma vez que os estudantes de Iniciação Científica (IC) ainda são necessários para os projetos de pesquisa). Conforma-se um novo tipo de professor, cujo patamar de qualificação e investimentos leva em conta, quase que exclusivamente, a pesquisa. (LEITE, 2017, p. 211).

A redução do número de bolsas para estudantes de iniciação científica que auxiliam na coleta e sistematização de material empírico, tanto para a elaboração de recursos pedagógicos, bem como para o desenvolvimento de pesquisa, corrobora para a diminuição da qualidade do trabalho em sala de aula e conseqüentemente, sua precarização, visto que, se exige do professor alta produtividade e valorização do currículo pessoal, que se encontra atrelado a nota avaliativa do curso, determinada pelo Ministério da Educação e Cultura. (LEITE, 2017).

Este quadro traça consequências que são percebidas nas mudanças fisiológicas dos docentes envolvidos, assim, no que tange a análise do presente artigo em relação a categoria 2 – adoecimento, podemos apontar que:

[...] as condições de trabalho, ou seja, as circunstâncias sob as quais os docentes mobilizam as suas capacidades físicas, cognitivas e afetivas para atingir os objetivos da produção educacional podem gerar sobre-esforço ou hipersolicitação de suas funções psicofisiológicas. Se não há tempo para a recuperação, são desencadeados ou precipitados os sintomas clínicos que explicariam os índices de afastamento do trabalho por transtornos mentais. (BARROS, 2019, p.34-35).



Barros (2019) descreve, de forma sutil, as consequências observáveis no movimento de seleção do material analítico, recorrente nas pesquisas da atualidade e no quadro social pandêmico.

A1C2 – Excerto 1

O aumento no consumo de álcool e as síndromes depressivas, mesmo quando percebidas, rapidamente são ocultadas pelos docentes e seus colegas de labor. No máximo, comentários são tecidos, in off, a respeito: “fulano está ‘derrubando’ uma garrafa por noite”; ou “cicrano está tomando ‘tarja preta’”. [...]. Não obstante, trata-se de manifestações silenciosas. Porém, o efeito mais deletério destas mazelas é a negação, por parte dos docentes, de que elas existem. Mas é necessário sinalizar que estas manifestações patológicas, derivadas das condições de trabalho, só aparecem como tal ou como doenças ocupacionais após o advento da reestruturação produtiva, ou seja, trata-se de novas doenças, mesmo que tragam em si sintomas de antigas. Ademais, a intensa psicologização que caracteriza estas patologias também é um impeditivo para o seu diagnóstico, uma vez que são absolutamente subjetivas. (LEITE, 2017, p. 211-212).

A “reestruturação produtiva” configura um movimento de adoecimento de forma paulatina e quase imperceptível, provocando rupturas com o plano da saúde física e mental. Os docentes, neste momento de pandemia, além dos excessos oriundos da atividade pedagógica, de currículos que precisam ser atualizados e modificados continuamente, vivem uma nova experiência, desconhecida, repleta de normas, regras, imposições governamentais, associados a calendários acadêmicos. Emergem, junto as atribuições oriundas da atividade do professor, herdadas pela situação, a obrigatoriedade de aprender para ensinar com Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), a fim de promover um aprendizado remoto, cuja presencialidade é mediada por inúmeros aplicativos de interação.

A partir deste universo multitarefa, perceber os focos de trabalho como causadores de adoecimento exige o reconhecimento de que somos seres humanos falhos e frágeis, ou melhor, entender que, mesmo diante das transformações no mundo do trabalho, ocasionada pela revolução industrial, o ser humano, mantém-se como corpo biológico e não uma máquina de produtividade. Assim, “[...] Ser professor envolve emoções e atividades cognitivas, ensinar é interação entre pessoas e tem, portanto, uma dimensão emocional.” (BARROS, 2019, p.32).

Engendrado nesta conjuntura o trabalho docente se materializa, nos estudos de Leite (2017), em um ambiente marcado pela competitividade, pressão por desempenho, cumprimento de metas, aliados à compressão salarial, exigência de produtividade, gerido por prazos e bolsas de pesquisa, criando uma rotina estafante ao profissional de ensino. Fatores que propiciam a abertura de efeitos nocivos à saúde como exposto no excerto 1: uso de álcool e medicamentos, quadros de estresses e depressão, surgimento de doenças psicossomáticas entre outros fatores que serão anunciados no excerto 2:



A1C2 – Excerto 2

[...]. Os sintomas mais comuns manifestam-se como (GONZÁLEZ; DOMINGUEZ, 2009): síndromes de ansiedade; depressão, incluindo apatia, insônia, pensamento introvertido, problemas de concentração, perda de interesse por coisas ou situações que antes lhe despertavam, insegurança, falta de iniciativa, melancolia; mudanças de humor (ciclotimia); e irritabilidade (distímia). Evoluindo para manifestações físicas e comportamentais de: hipertensão arterial; ataques de asma brônquica; úlceras estomacais; enxaqueca; perda de equilíbrio (labirintite ou síndrome de Menière); torcicolos; lumbagos; queda de cabelo (alopecia); dores musculares e/ou articulares de origem tensional; estresse; agressividade (consigo ou com outras pessoas); transtornos alimentares; aumento do consumo de álcool e/ou drogas; aumento do tabagismo; disfunção sexual; isolamento social; e suicídio. (LEITE, 2017, p.212-213).

A utilização de medicamentos como ansiolíticos e antidepressivos torna-se recorrente para manter o profissional imerso em seu campo de trabalho. Leite (2017) aponta que na atual conjuntura social, diante das transformações oriundas das atividades laborais, gerou-se um estresse generalizado, que levou os docentes a precisar atuar profissionalmente por muito mais horas. Este procedimento minimiza o tempo de ócio, de vivência familiar e de experiências estéticas, tão importantes para a sanidade física e mental. E o que dizer, então, deste espaço, em que o ensino remoto se confunde com a casa, e o lugar que era de privacidade é exposto e “invadido” pelo público, que é também privativo daquele profissional?

Como já mencionado, a dinâmica acadêmica teve um elevado aumento de estudantes associado a diminuição de uma equipe para gerir o plano administrativo, ações que foram adicionadas ao rol de funções docentes, compondo um quadro de estratégias burocráticas, associada a rivalidade e a necessidade de atingir um patamar de desenvolvimento excepcional na produtividade do docente. Tais elementos configuram o surgimento de uma tríade entre precarização do trabalho e adoecimento, denominada por especialistas por *Síndrome de Burnout*, a saber: esgotamento emocional, falta de realização profissional e despersonalização (insensibilidade e endurecimento afetivo). (BARRETO; FORMIGA; MINERVINO; NASCIMENTO, 2013). A conjuntura atual, em que se atravessa uma pandemia, imputa trabalho remoto como atividade a ser realizada por instituições de ensino, transformando as pessoas em coisas e, por serem coisas, não necessitam de afetos, lazer e descanso, oportunizando uma ampliação das exigências administrativas que são vistas como naturais e corriqueiras.

O artigo 2 (A2) intitulado **Trabalho, produtivismo e adoecimento dos docentes nas Universidades Públicas Brasileiras** de autoria de Amanda da Silva Dias Oliveira, Maristela de Souza Pereira e Luana Mundim de Lima, (OLIVEIRA; PEREIRA; LIMA, 2017), publicado na Revista Psicologia Escolar e Educacional/SP no ano de 2017, tem como foco central descrever, de maneira sistemática e precisa, questões relativas a precarização do trabalho docente.



No artigo o trabalho é apontado como um elemento que faz parte da vida das pessoas. Oliveira, Pereira e Lima (2017) ao aportar a importância do trabalho e o caráter central e organizador deste elemento na vida social citam autores como Engels (2004), no processo de hominização, Antunes (2009), como protoforma da práxis social, e Marx (2013), no processo entre o homem e a natureza, em que o primeiro, agindo sobre a segunda, a modifica, ao mesmo tempo em que também modifica a si próprio.

As autoras partem da visão na qual o docente universitário [é] um trabalhador, submetido às mesmas regras de produção e reprodução do sistema [capitalista] e desta forma é preciso investigar o trabalho deste profissional no contexto de implementação globalizada de políticas neoliberais.

No artigo é descrito o cenário histórico das instituições de ensino, principalmente das universidades, em que a atividade produtiva passa por mudanças significativas dentro do sistema capitalista balizado pela lógica, de exploração e acumulação capitalista. Acompanhando o pensamento das autoras, destacamos que a pandemia está funcionando como um acelerador destas mudanças, que antecipam novos cenários com menos professores, criação de aulas online e valorização do *homeschooling*⁶, diminuição de campus acadêmicos e ensino voltado à autonomia do estudante e ao individualismo. Tendências que levariam meses ou até anos para serem discutidas, avaliadas e implementadas ou não, estão sendo impostas de forma aligeirada e sob pressão.

A transferência das atividades docentes das escolas/campus universitários para casa gera uma sobrecarga extra a estes profissionais, as razões vão desde a inexistência de horários de trabalho (aulas, reuniões, orientações e pesquisas), a relação familiar intensificada pela ausência de privacidade e momentos de afastamentos até o aumento das contas de energia, manutenção de equipamentos digitais dentre outros.

Assim, movida por essa lógica que se expande em escala global, estamos presenciando a expansão do que podemos denominar uberização do trabalho, que se tornou um *leitmotiv*⁷ do mundo empresarial. Como o trabalho on-line fez desmoronar a separação entre o tempo de vida no trabalho e fora dele, floresce uma nova modalidade laborativa que combina mundo digital com sujeição completa ao ideário e à pragmática das corporações. O resultado mais grave dessa processualidade é o advento de uma nova era de

⁶ “[...] caracterizado pela proposta de ensino doméstico ou domiciliar. Sua proposta vem de encontro à frequência das crianças numa instituição, seja ela escola pública, privada ou cooperativa. A modalidade é legalizada em vários países, como Estados Unidos, Áustria, Bélgica, Canadá, Austrália, França, Noruega, Portugal, Rússia e Nova Zelândia, que exigem uma avaliação anual dos alunos.” (BRANCO, 2020).

⁷ Uma tradução possível do alemão para o português é [motivo condutor].



Edição Especial COVID-19

escravidão digital, que se combina com a expansão explosiva dos intermitentes globais. (ANTUNES, 2018, p. 37).

Antunes (2018) caracteriza bem a situação que muitos trabalhadores estão enfrentando no mundo empresarial capitalista que vislumbra e utiliza as tecnologias como forma de otimizar o trabalho, reduzir custos e, conseqüentemente, ampliar lucros, em suma: a uberização do trabalho. O docente, enquanto trabalhador, ao ter sua atividade uberizada, em tempos de pandemia e isolamento social, torna-se proprietário dos meios de produção (equipamentos e insumos) arcando com seus custos, desonerando seus empregadores, além de se tornar responsável pela criação de uma outra forma de educação (híbrida, dinâmica, planejada, com foco no conteúdo e na aprendizagem de habilidades), sem a formação adequada para o uso das TIC e sendo responsabilizado pelos resultados.

Neste contexto é preciso refletir sobre a necessidade da universidade romper com o fluxo laboral de produção e reprodução, inspirado no sistema capitalista, a fim de superar o trabalho alienado (SOUZA, 2017; ANTUNES, 2013) que colabora para o quadro de adoecimento docente.

Antunes e Alves (2004) apontam que o mundo do trabalho passou por um rol de mutações: heterogeneidade, fragmentação e complexificação, uma vez que:

[n]a condição da separação absoluta do trabalho, a alienação assume a forma de perda de sua própria unidade: trabalho e lazer, meios e fins, vida pública e vida privada, entre outras formas de disjunção dos elementos de unidade presentes na sociedade do trabalho. Expandem-se, desse modo, as formas de alienação dos que se encontram à margem do processo de trabalho. (ANTUNES, ALVES, 2004, p.348).

Desta forma, a partir do momento em que o trabalho se constitui em processos de alienação, em consequência, emerge a precarização e o adoecimento do trabalhador. O Artigo 2 (A2), em análise, traz os seguintes excertos com base na primeira categoria (C1) - Trabalho docente x precarização:

A2C1 - Excerto 1

[...] Chegamos então à contemporaneidade, [em que] esse processo se exacerba ainda mais, em virtude da intensificação das formas de exploração pelo trabalho no capitalismo globalizado. (OLIVEIRA; PEREIRA; LIMA, 2017, p.610).

O Excerto 1 apresenta o cenário no qual o trabalhador docente está imerso. É um ciclo de produtividade ininterrupta e obstinada, expondo-o, inclusive, a doenças de diversas etiologias, em função da necessidade de adquirir recursos a fim de suprir as necessidades básicas.



Tais necessidades, no âmbito intelectual, se refere, também, ao processo de atualização que envolve: participação constante em eventos científicos; cursos de formação/capacitação; aquisição, produção e publicação de livros e artigos acadêmicos; pagamento de taxas e anuidades em associações de pesquisadores na área da educação, comprometendo parte do salário deste trabalhador que ainda precisa suprir as necessidades básicas da vida.

Barros (2019), endossa este pensamento ao citar as incumbências que compõem a vida profissional do professor universitário: “No ensino superior, os professores são cada vez mais pressionados a produzirem, ou seja, apresentar produtos de diversos formatos: aulas, orientações, artigos científicos, eventos e projetos de extensão. Assim, prioriza-se a quantidade de produções e não a qualidade.” (BARROS, 2019, p.42).

Ao pormenorizar esta situação, já enfrentada pelos docentes nos tempos que antecedem a pandemia e ao isolamento social, percebemos que já havia uma grande demanda de funções e atividades a serem desenvolvidas em prazos apertados, todavia, com a nova realidade e as mudanças atreladas ao ensino remoto é perceptível um aumento significativo de atividades laborais.

A Portaria nº 544 (BRASIL, 2020) dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - COVID-19, o texto em seu artigo 1 autoriza “[...] em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em cursos regularmente autorizados, por atividades letivas que utilizem recursos educacionais digitais, tecnologias de informação e comunicação ou outros meios convencionais [...]” O que ocorre é o fato de que não é apenas a publicação de uma portaria que torna, esta forma de continuidade das atividades pedagógicas, exequível. Na verdade, na letra morta da lei, oculta-se as necessidades oriundas deste novo modelo educacional. O profissional da educação precisa, em tempo recorde e desconsiderados seus sentimentos acerca da situação em que ele, também, está vivenciando, planejar, elaborar e preparar as aulas, em um molde que não possui expertise, além de ter que acompanhar os estudantes de maneira síncrona e assíncrona. Além disso, o mesmo documento vislumbra a suspensão das atividades letivas presenciais até dezembro do corrente ano, sem, no entanto, ter algum indicativo de que mudará as condições sanitárias do país.

A2C1 - Excerto 2

[...] Temos assim que o trabalho é uma atividade exclusivamente humana, produtora e ao mesmo tempo transformadora do mundo e [...] do sujeito. Nesse sentido, o trabalho é compreendido como atividade vital, forma de intercâmbio entre o ser social e a natureza, elemento fundante humano, produtor de coisas úteis e necessárias, viabilizador da emancipação humana. (OLIVEIRA; PEREIRA; LIMA, 2017, p.610).



O trecho das autoras, acerca do trabalho, pode ser endossado nos escritos de Marx ((1867) 2013) ao descrevê-lo:

[...] numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. (p.255 -256).

Sendo assim, podemos inferir, que o trabalho transforma o mundo, pela ação humana, promovendo uma expansão e alargamento das relações em sociedade. Se o trabalho consiste “[...] na representação do trabalhador no início do processo [...] resultado que já existia idealmente [...]” (MARX (1867) 2013, p.256), a realização de forma mecânica e reprodutora torna-se alienante, configurando-se em exploração da força de trabalho. Desta forma, é preciso pensar o ensino remoto para não compor um processo focado apenas na execução de tarefas e prazos, desvalorizando a aprendizagem.

Por outro lado, o trabalho, assim como todas as outras atividades humanas, deve consistir em satisfação pessoal. A sobrecarga de tarefas e funções que emergem da sociedade moderna tornam, de alguma forma, essa prática vital num fardo.

A eficácia do ensino remoto em tempos de pandemia é uma incógnita, assim como as ações governamentais e sociais que estão sendo desenvolvidas neste período da COVID-19. Por outro lado, há inquietações que perseguem todas as atividades neste momento: qual será o impacto do isolamento social na vida dos professores e dos estudantes? As estratégias de ensino, desenvolvidas pelo professor neste momento, estão sendo eficientes? Enfim, inúmeros questionamentos em torno do trabalho docente que outrora já se mostrava denso de ações a serem cumpridas e, por ora, mostra-se instável e imprevisível.

A2C1 - Excerto 3

[...] Nesse cenário, há um evidente aumento da sobrecarga de trabalho para os docentes, e torna-se corriqueiro trabalhar para além das 40 horas semanais que constam no contrato, sendo a jornada laboral estendida para os fins de semana, tomando o lugar das horas de lazer e do repouso. (OLIVEIRA; PEREIRA; LIMA, 2017, p.611).

Embora as autoras não estivessem se referindo as aulas remotas é possível trazer este excerto para estes tempos em que, de forma mais contundente, não há evidências do distanciamento entre as atividades laborais e as da vida privada (de casa) deste trabalhador.



Oliveira, Pereira e Lima (2017) citam a sobrecarga de trabalho que, em condições “normais”, ultrapassam as 40 horas semanais, expressas no contrato de trabalho, para outros horários. Hoje as horas não ficam mais atreladas ao registro do empregador, mas estão intensificadas por rotinas que extrapolam os meios físicos de produção e tomam o espaço de casa, do lazer e do repouso. Além disso há um “[...] sentido literal da pandemia do coronavírus é o medo caótico generalizado e a morte sem fronteiras causados por um inimigo invisível.” (SANTOS, 2020, p.10).

O modelo de flexibilidade trabalhista faz com o que o trabalhador se adapte as constantes mudanças tecnológicas, por meio do desenvolvimento de competências e habilidades, cuja terceirização do trabalho emerge da necessidade de eficiência, eficácia e produção em larga escala. Esse quadro configura ações de competitividade e, como consequência, o **adoecimento**, sendo esta nossa segunda categoria de análise (C2)⁸.

A2C2 - Excerto 1

[...] a saúde do trabalhador tem sido afetada, pois, apesar de propiciador de identidade e veículo de sociabilidade, em condições inadequadas o trabalho implica em adoecimento. (OLIVEIRA; PEREIRA; LIMA, 2017, p. 610).

A frase impactante utilizada pelas autoras: “o trabalho implica em adoecimento” é evidenciada quando o fato de produzir saberes serve para melhorar as condições de vida da população em geral, sem cuidar da saúde dos profissionais que o geram. Assim, a acumulação de riquezas intelectuais volta-se a uma determinada parcela da população que se imbrica em um ciclo de estudo, investigação, pesquisa e produção, porém, com duras perdas a própria estabilidade física, emocional e social.

Fator que alerta para uma cisão entre vida e trabalho alienado, o que leva o profissional a estranhar a si, seu trabalho e sua vida, configurando uma instabilidade psíquica que “cedeu lugar à competição, à luta cotidiana por reconhecimento, à sobrecarga de atividades e à obrigação implícita e explícita por cumprir e conformar-se às regras, o que os coloca em uma posição de vulnerabilidade.” (OLIVEIRA, PEREIRA, LIMA, 2004, p.611).

A2C2 - Excerto 2

[...] Do contato com o material emergiram as seguintes categorias: 1) Adoecimento psíquico e emocional – que engloba as subcategorias Distúrbios psíquicos e Alterações emocionais e mentais; 2) Adoecimento do corpo – constituída pelas subcategorias Desgaste físico e Adoecimentos físicos e fisiológicos; 3) Adoecimento psicossomático – que é composta por categorias intermediárias, como Alterações psicossomáticas e Comorbidades entre Processos de adoecimento psicológicos e físicos. (OLIVEIRA; PEREIRA; LIMA, 2017, p.613).

⁸ C2 refere-se à segunda categoria – “adoecimento”.



Quando o profissional se encontra numa condição de vulnerabilidade há perdas vitais, como citado pelas autoras do artigo em análise. As mesmas, apresentam três categorias: adoecimento psíquico e emocional; adoecimento do corpo e adoecimento psicossomático, elementos que compõe a complexidade do ser.

Dessa forma, o sofrimento psíquico do(a) pesquisador(a) é diretamente relacionado ao trabalho que desempenha. O produtivismo acaba por gerar sofrimento, que gera mais produtivismo, pois na lógica do trabalho alienado, a comunidade acaba por gerar no pesquisador (por intermédio das fases de iniciação deste na academia, caracterizada pela iniciação científica, o mestrado e o doutorado), o significado de que só pode ser um(a) bom(a) pesquisador(a) se produzir muito quantitativamente. Nossa subjetividade acaba por expressar sua fruição no adoecimento, nos conflitos e disputas de poder em todas as esferas da academia. (TULESKI; ALVES; FRANCO; 2017, p.222-223).

Em conformidade com a citação exposta acima, percebemos que a sobrecarga de funções acadêmicas associada as exigências de produtividade acarretam ao ser humano seu adoecimento. Quando o trabalho é convertido em mercadoria o pesquisador torna-se um recluso na tríade produção-produtivismo-desumanização, tornando-se seu próprio algoz. (TULESKI; ALVES; FRANCO, 2017). Quando a doença se instaura no organismo acarreta perdas incalculáveis, as quais, podem levar o profissional a morte de sua carreira, gerando reclusão, sofrimento e, em última consequência o suicídio.

A2C2 - Excerto 3

[...] *Adoecimento psicossomático* [...]. Esse tipo de morbidade foi expresso principalmente por alterações psicossomáticas, tais como: alterações do sono, insônia, enxaqueca, alterações da pressão, alterações da glicose e taquicardia, relacionadas a preocupações e formas de afetação pelo trabalho; e/ou comorbidades entre processos de adoecimento físicos e psicológicos, como: estresse, crises gástricas (gastrite, dores epigástricas), ansiedade, estados depressivos, crises hipertensivas, labirintite, gripes e resfriados constantes resultantes de baixa imunidade, diabetes, distúrbios hormonais, problemas dermatológicos, cistite, diarreia e dispneia. (OLIVEIRA; PEREIRA; LIMA, 2017, p.613).

O Excerto 3 apresenta como pano de fundo a descrição de um processo degenerativo do profissional da educação, evidenciando que o desenvolvimento de sua carreira gradativamente gera processos de adoecimento quase imperceptíveis e raramente vinculados ao trabalho. Barros (2019) destaca que a vida do profissional de ensino perpassa por suas condições de trabalho, ou seja,



[...] as circunstâncias sob as quais os docentes mobilizam as suas capacidades físicas, cognitivas e afetivas para atingir os objetivos da produção educacional podem gerar sobre-esforço ou hipersolicitação de suas funções psicofisiológicas. (BARROS, 2019, p.34-35).

Assim, quando se observa uma gama de problemas psicológicos e físicos percebemos uma perda considerável na produtividade do trabalhador, acarretando um déficit em seu desempenho, tornando restritas as pesquisas, as aulas que ministra, seu desenvolvimento cognitivo que, se não houvesse pressões e competição, certamente fruiria de forma harmônica e com resultados mais positivos, pois, a concorrência e a competição tem como consequência o adoecimento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação foi uma das áreas impactadas pela pandemia do novo coronavírus (COVID-19). Uma das grandes discussões está na transposição do ensino presencial para o remoto o que envolve inúmeros fatores e desdobramentos. Nesta transposição temos interesses diversos, inclusive de saúde, de estudantes e professores, além de um processo de adaptação e identificação com este “novo” modelo. Se por um lado há um medo do contágio a partir da convivência social, por outro o modelo que suprime o encontro físico, pode excluir muitos, seja pela falta de acesso a internet ou a dispositivos tecnológicos (*smartphones, tablets, computadores*), seja pelo desconhecimento e/ou identidade com as TIC, ou até mesmo por adoecimentos de todas as etiologias.

Os impactos na saúde mental são inevitáveis. O que se discute é como se pode criar estratégias que minimizem os impactos a partir de uma que respeite horários de trabalho, descanso, alimentação e convívio familiar.

O docente já vinha, ao longo dos anos, renunciando a suas horas de descanso em função das atividades extra sala de aula (planejamento, organização de estratégias pedagógicas, correção de atividades, orientações, além das pesquisas e produção científica). Os momentos de ócio, estavam ficando cada vez menores.

Neste momento os efeitos desta adequação ao ensino remoto têm intensificado as horas de trabalho. Nestes tempos parece haver uma perda significativa na percepção temporal acentuando quantitativamente as horas focadas no trabalho.

É preciso que professor e estudante estabeleçam acordos pedagógicos claros e bem discutidos esclarecendo a nova estrutura de ensino proposta, evitando, dessa maneira, processos de ansiedade, adoecimento e sobrecarga funcional.



O esforço para conseguir desenvolver, com qualidade, todas as funções profissionais e pessoais, obedecer a rotinas, no mesmo ritmo que se vivia antes da pandemia, é impossível. É preciso repensar e reorganizar, traçar objetivos e estratégias, quantas vezes forem necessárias, a fim de buscar um estágio de maior conforto para ambos. Neste momento de exceção há fatores estressantes que podem gerar sofrimentos, inseguranças, ansiedades, medos que podem desencadear doenças como a depressão, a ansiedade, a *Síndrome de Burnout*, dentre outras, incapacitantes. Organizar e reorganizar, quantas vezes forem necessárias, a rotina, renovar as práticas de ensino e aprendizagem, respeitar e reconhecer as falhas que advém do processo, é uma forma de se cuidar e evitar sobrecargas físicas e emocionais, que geram o adoecimento mental.

Antunes (2015) destaca que há nos tempos atuais uma aguda destrutividade da sociabilidade contemporânea, provocando uma profunda crise estrutural que destrói a força de trabalho, demove os direitos sociais, brutaliza um enorme contingente de homens e mulheres expropriando sua força vital, tornando a vida e a natureza elementos de contínuo descarte.

Para Souza (2017), nós humanos somos animais racionais que, diferentemente dos animais irracionais, que possuem um aparato genético instintivo para sua sobrevivência, necessitamos da vida em sociedade atrelada as conquistas materiais e intelectuais que são obtidas por intermédio do trabalho. A transformação do ser racional em ser humano e social ocorre pelo trabalho.

O processo de análise dos documentos, que configuram o corpus deste artigo, nos deram, como resultados parciais, uma percepção das disputas educacionais, que configuram o plano de trabalho do docente superior, e apontam como disparadores das mazelas profissionais: a) às condições de trabalho em seu sentido lato; b) às políticas de formação continuada com acentuados graus de exigências das avaliações do Índice de Desenvolvimento da Educação Superior; e de forma complementar, adequando as análises ao momento atual, c) existência de mal-estar docente associada as mudanças advindas da pandemia incapacitando-o, em alguma medida, de desempenhar suas atividades laborais.

Assim, podemos destacar que as constantes transformações ocorridas nas instituições de ensino, em especial a superior, para atender as demandas governamentais associada as mudanças da prática pedagógica exercida no modelo presencial para remoto, acarretam exigências ao profissional da educação que envolvem inúmeros fatores e que podem levá-lo ao adoecimento. Tais como: mudança nas rotinas de trabalho; inexistência de limites entre o espaço de trabalho e o ambiente privado; adequação as novas metodologias de ensino além de todas as demandas que existiam antes.



5. REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

ANTUNES, Ricardo. ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.25, n.87, p.335-351, 2004.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70. 2016.

BARRETO, Juerilla Moreira; FORMIGA, Nilton Soares; MINERVINO, Carla Alexandra da Silva Moita; NASCIMENTO, José Agnaldo do. A síndrome de Burnout em docentes de instituições de ensino superior pública e privada. **Psicologia.pt**, p.1-15, out. 2013.

BARROS, Betyane Soares de. **Saúde Mental do Professor**: uma questão de sobrevivência profissional. Goiânia: Editora Philos, 2019.

BRASIL. **Portaria nº 544 de 16 de junho de 2020**. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872>> Acesso em: 14 jul. 2020.

CATINI, Carolina. **O trabalho de educar numa sociedade sem futuro**. Blog da Boitempo. São Paulo: jun. 2020. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2020/06/05/o-trabalho-de-educar-numa-sociedade-sem-futuro/>>. Acesso em: 12 ago. 2020.

BRANCO, Audry Lara Science Castello. **Homeschooling**. Meu artigo. Brasil Escola. Disponível em: < <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/homeschooling.htm>>. Acesso em: 13 ago. 2020.

GURSKI, Rose *et al.* **Efeitos da pandemia na saúde mental**. [live]. Disponível em: <<http://www.proifes.org.br/noticias-proifes/professoras-da-ufrgs-e-ufcspa-destacam-efeitos-da-pandemia-na-saude-mental/>>. Acesso em: 14 jul. 2020.

LEITE, Janete Luzia. Publicar ou perecer: a esfinge do produtivismo acadêmico. **Revista Katál**, Florianópolis, v.20, n.2, p.207-215, mai./ago. 2017.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Boitempo, 2013. Livro 1.

MARINHO, Genilson C. **A precarização do trabalho do professor em tempos de quarentena**: democracia e mundo do trabalho em debate. [Artigo de opinião]. Mai. 2020. Disponível em: <<http://www.dtemdebate.com.br/a-precarizacao-do-trabalho-do-professor-em-tempos-de-quarentena/>>. Acesso em: 12 ago. 2020.



Edição Especial COVID-19

OLIVEIRA, Amanda da Silva Dias; PEREIRA, Maristela de Souza; LIMA, Luana Mundim de. Trabalho, produtivismo e adoecimento dos docentes nas universidades públicas brasileiras. **Revista Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v.21, n.3, p.609-619, set./dez. 2017.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Edições Almedina, 2020.

SOUZA, Terezinha Martins dos Santos. Efeitos da precarização do trabalho na vida dos/as professores/as: assédio moral e adoecimento. In: FACCI, Marilda Gonçalves Dias; URT, Sônia da Cunha (Orgs.). **Precarização do trabalho, adoecimento e sofrimento do professor**. Teresina: EDUFPI, 2017. p.165-198.

TULESK, Silvana Calvo; ALVES, Álvaro Marcel Palomo; FRANCO, Adriana de Fátima. O que revela e o que encobre o produtivismo acadêmico? Problematizando a face objetivo-subjetiva do fenômeno e seu impacto social-individual. In: FACCI, Marilda Gonçalves Dias; URT, Sônia da Cunha (Orgs.). **Precarização do trabalho, sofrimento e adoecimento do professor**. Teresina: EDUFPI, 2017. p.199-230.

VEIGA-NETO, Alfredo. Estar preparado: apontamentos para pensar a Universidade. In: MACIEL, Adriana da Rocha *et al.* (Org.). **Universidade hoje: o que ainda precisa ser dito?** Santa Maria: UFSM, 2012.

Submetido em: **18/08/2020**

Aceito em: **26/08/2020**